

O SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE ALAGOAS: DA ESCOLA PADRE ANCHIETA À EXPANSÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Jinadiene da Silva Soares Moraes¹
Werle Thayane Costa de Araújo²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O artigo apresentado trata-se de um recorte da pesquisa intitulada “O Perfil do Mercado de Trabalho do Assistente Social no Estado de Alagoas”, desenvolvida no período entre setembro de 2012 e outubro de 2013, pesquisa esta realizada pelo Programa de Iniciação Científica (Probic) da Faculdade Integrada Tiradentes (FITs). Nesse projeto buscou-se analisar a história do Serviço Social em Alagoas, seu surgimento e institucionalização enquanto profissão regulamentada e indispensável na reprodução do capital, cumprindo sua função na divisão social e técnica do trabalho, suas primeiras escolas, seu reconhecimento, enquanto curso superior, bem como, fazer uma breve explanação sobre o surgimento do Serviço Social, como desdobramento das contradições existentes no modo de produção capitalista, particularmente na fase do capitalismo monopolista.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Capitalismo Formação Profissional.

ABSTRACT

The article presented it is part of a research entitled “The Labour Market Profile of the Social Worker in the State of Alagoas,” developed in the period between September 2012 and October 2013, this survey conducted by the Scientific Initiation Program (PROBIC)

Faculty of Integrated Tiradentes (FITs). In this project we sought to examine the history of Social Service in Alagoas, its emergence and institutionalization as regulated and essential in the reproduction of capital profession, fulfilling its function in social and work technique, their first schools, their recognition division, while the upper reaches, as well as give a brief explanation of the emergence of social work as a development of the contradictions in the capitalist mode of production, particularly in the phase of monopoly capitalism.

KEYWORDS

Social Service Capitalism Vocational Training.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado tem como objetivo analisar a trajetória do Serviço Social no Estado de Alagoas, seu surgimento, sua institucionalização enquanto profissão e como estão os espaços de formação desses profissionais. Trata-se de um recorte da pesquisa realizada por meio do Programa de Iniciação Científica (Probic), intitulada "O perfil do mercado de trabalho da assistente social no Estado de Alagoas", desenvolvida no período de um ano (2012/2013).

A metodologia para o desenvolvimento do artigo foi a pesquisa bibliográfica, utilizando referências de importantes autores que se destacam no estudo do Serviço Social, tais como Marilda Yamamoto e José Paulo Netto, dentre outros. Antes de começarmos a discussão sobre o Serviço Social em Alagoas, é de fundamental importância fazer uma breve contextualização dos fundamentos do Serviço Social.

Iniciaremos com o surgimento do Serviço Social enquanto profissão, no capitalismo monopolista, como forma de enfrentamento das expressões da questão social que se acirra com o desenvolvimento capitalista. Posteriormente introduziremos o Serviço Social no Brasil, que em muito não difere do contexto mundial, surgindo na década de 1930, vinculado à Igreja Católica, e também em decorrência do agravamento das expressões da questão social.

Para encerrar, discutiremos sobre o Serviço Social no Estado de Alagoas, o contexto histórico que o Estado vivencia na época do surgimento e da institucionalização deste, suas primeiras escolas de formação, bem como atualmente, quando há uma grande proliferação do curso, não só presencial, mas também na modalidade do ensino à distância.

2 SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO

O Serviço Social tem seu surgimento na idade do capitalismo monopolista³, quando este se consolida e aumenta seu grau de exploração na busca incessante pelo lucro, estágio que Netto (2009) descreve como do capitalismo consolidado e maduro, estágio este que

[...] recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...] altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos (NETTO, 2009, p. 19-20).

Contradições essas que se expressam fundamentalmente na produção socializada e apropriação privada do modo de produção capitalista, ou seja, a classe trabalhadora produz a riqueza e a burguesia se apropria. É no contexto de agravamento da questão social, com uma intensa exploração do trabalho desencadeada a partir do crescimento industrial do país e da migração dos operários para os grandes centros industriais, que há uma intensificação das expressões da questão social. Essa migração se deu desordenadamente, levando uma grande massa de trabalhadores ao pauperismo relativo, vivendo em condições precárias, se aglomerando em espaços insalubres, sem condições mínimas de existência. Diante dessa situação de intenso pauperismo a classe operária começa a se organizar para lutar por melhores condições de trabalho, através de greves e manifestações operárias, organizando sua luta em torno da

[...] defesa do poder aquisitivo dos salários, na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento das suas entidades [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 139).

A questão social é entendida por Netto (2009), como “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso

3 Inicia-se entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, se caracteriza pela criação dos modernos monopólios, ou seja, grupos capitalistas controlam ramos industriais inteiros, influenciando decisivamente na economia e alterando de modo extraordinário a dinâmica econômica, colocando em evidência as tendências de concentração e centralização do capital (NETTO; BRAZ, 2011, p. 236).

da constituição da sociedade capitalista”, ou seja, é o conflito entre capital e trabalho. Diante da situação vivenciada pela classe trabalhadora, colocando em risco a hegemonia capitalista, o Estado vê-se obrigado a intervir na questão social, tomando para si a responsabilidade por esta.

Suas primeiras respostas à questão social se deram através da repressão policial, para conter os movimentos revolucionários, além da moralização da questão social, tendo como finalidade a busca por um consenso social, o controle e a reprodução da força de trabalho, como resposta política de várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas operárias (BARROCO, 2005). E ainda através da caridade e filantropia, praticada principalmente pela Igreja Católica, que com suas correntes filosóficas culpabilizava o sujeito e naturalizava a questão social, como sendo de ordem divina.

No entanto, com o acirramento das expressões da questão social, o Estado é obrigado a dar respostas além da repressão e da caridade, surgindo a necessidade de atender, mesmo que minimamente, às reivindicações da classe trabalhadora, como estratégia de controle e manutenção da ordem social vigente, pois como problematiza Netto (2009), o capitalismo

[...] pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. (NETTO, 2009, p. 29),

Como forma de enfrentamento da questão social e de controle da classe trabalhadora, que se agrava nesse período histórico, o Estado desenvolve as políticas sociais. Essas políticas sociais são postas pelo Estado e pelos capitalistas, como um complemento do salário da classe trabalhadora, para garantir as condições básicas de sobrevivência, substituindo direitos sociais por ajuda e filantropia. No entanto, se de um lado essas políticas atendem às necessidades da classe trabalhadora, por outro elas servem, como deixa claro Netto (2009), para preservação e controle da força de trabalho.

É este cenário que propicia o surgimento e a institucionalização do Serviço Social, como preconiza Netto (2009, p. 17), ao “relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo”. Especificamente no momento em que o Estado toma para si a responsabilidade pela questão social, desenvolvendo as políticas sociais, visto que, não são as expressões da questão social por si só que dão origem ao Serviço Social, mas o trato que o Estado dá a elas num determinado momento histórico, fazendo-se necessário

um profissional qualificado para trabalhar diretamente com essas políticas e com as mazelas sociais que afloram na sociedade capitalista, a partir da consolidação do capitalismo monopolista e da expansão urbana.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O surgimento e a institucionalização do Serviço Social no Brasil não se distanciam da realidade histórica dos demais países. Ele surge na década de 1930, com o agravamento das expressões da questão social, e a pressão exercida pelo proletariado por melhores condições de vida e de trabalho, estritamente, vinculado à Igreja Católica.

Como forma de enfrentamento dos movimentos sociais que se disseminavam no cenário brasileiro, a iniciativa privada juntamente com o governo criaram instituições assistenciais, “instrumentos de controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção, tanto por seus efeitos econômicos, como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 256). Entre outras instituições podemos destacar a Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Fundação Leão XIII, etc.

É no seio dessas instituições que se deram as primeiras inserções do Serviço Social na realidade brasileira, fruto da necessidade de um profissional qualificado para tratar das mazelas sociais que afloram na sociedade capitalista. Surge como mecanismo de reforço da hegemonia burguesa, inserido em relações sociais contraditórias, atuando como mediador de interesses, pois

responde tanto a demanda do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 81).

Portanto, não é o Serviço Social que se constitui para criar um espaço de atuação, mas é a existência desse espaço que leva à constituição profissional (NETTO, 2009), ou seja, é uma dada necessidade imposta pela sociedade que impulsiona o surgimento da profissão.

O Serviço Social se desenvolve como profissão, na divisão social e técnica do trabalho estritamente ligado ao setor público, diante da ampliação das ações

do Estado junto à sociedade civil, prevalecendo ainda hoje, o Estado⁴ como maior empregador de assistentes sociais. Está inserido na esfera da reprodução das relações sociais, no processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, para extração da mais-valia, como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora.

A partir da década de 1940, pautado no desenvolvimentismo, quando o Estado investe consideravelmente em políticas sociais, ampliou-se a atuação profissional através do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. Essa atuação juntamente com o surgimento e desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias, bem como com o investimento no desenvolvimento de comunidades, buscava a superação de seus próprios limites pelos indivíduos e com isso impulsionar o desenvolvimento do país, objetivando também o controle da classe trabalhadora emergente, que já começava a se organizar para lutar por melhores condições de vida e trabalho.

Em 1970 a profissão passou a ocupar importante papel na sociedade, e também travou um grande debate teórico, aproximando-se da teoria crítica marxista, ganhando visibilidade perante a sociedade civil e o Estado, como profissão relevante na esfera da reprodução social. Ao longo dos anos foi aprofundando seus conhecimentos e sua atuação profissional, se destacando não só na execução terminal de políticas sociais, mas agora sendo demandado na formulação e gestão dessas políticas.

4 SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE ALAGOAS

O surgimento do Serviço Social em Alagoas não foge do contexto mundial e brasileiro. A profissão se origina a partir de um “conjunto de condicionantes políticos, econômicos e sociais numa determinada conjuntura” (SILVA, 2008, p. 75). Seu surgimento se deu na década de 1950, para o enfrentamento da questão social, no governo de Arnon de Melo, estritamente vinculado à iniciativa da Igreja Católica.

Em 1951, Arnon de Melo assumiu o governo de Alagoas, enfrentando problemas sociais, devido à seca na região sertaneja, o que aumentou o número de desabrigados nas ruas e periferias de Maceió. Concomitante a isso, Leda Collor de Melo, primeira dama do Estado, é indicada ao cargo de presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que surgiu a partir da iniciativa de segmentos da sociedade com a adesão da

4 De acordo com o relatório da pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional”, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social, com base em dados de 2004 (CFESS, 2005, p.26), sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, realizada com profissionais de todo o país (cerca de 61.151 profissionais com registro ativo nos Conselhos Regionais de Serviço Social): 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. www.cfess.org.br acesso em 21 de fevereiro de 2014.

Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil e das Senhoras de Caridade, se organizando nos estados e municípios, passando a coordenar obras assistenciais no âmbito público e privado.

Nessa época em Alagoas não havia pessoas com a formação técnica especializada, para a intervenção no campo da assistência social, por isso Leda Collor estabeleceu contato com a escola de Serviço Social de Niterói, onde encontrou subsídios para instaurar em Alagoas, cursos sobre os mecanismos de abordagens aos problemas sociais. A tentativa de Leda Collor foi questionada pela direção da escola de Niterói, sugerindo que ao invés de implantar um trabalho social fosse feito um curso de Introdução ao Serviço Social.

O curso de Introdução ao Serviço Social finalmente foi realizado e ministrado pela assistente social Hilda El Jaick juntamente com Thelma Marinho e Helza Guerrente, com duração de seis meses. O referido curso tinha o objetivo de preparar os participantes para lidar com os problemas sociais e ao mesmo tempo divulgar o curso de Serviço Social já existente em outros Estados. Em 1955 D. Adelmo Machado assumiu o cargo de Arcebispo de Maceió, dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos pela Fundação Arquidiocesana de Assistência Social de Maceió, tendo por objetivo estruturar o ensino de Serviço Social como apostolado.

Foi neste cenário econômico-social que a Igreja Católica construiu em Maceió, a Escola de Serviço Social Padre Anchieta, fundada no ano de 1955 e inaugurada em 1957. Era uma escola isolada vinculada à Fundação Arquidiocesana de Assistência Social de Maceió, ligada à Igreja Católica. A escola teve duas linhas de pensamento opostas em sua direção: com a Madre Zilda Falcão, em 1957, possuía uma visão mais conservadora, e com a Madre Zely Perdigão, em 1959, que se mostrava mais progressista e aliada ao movimento estudantil, que na época enfrentava a ditadura.

O marco para o Serviço Social alagoano se deu no ano de 1961, quando o Estado passa a reconhecer a profissão, através da reforma administrativa, que propiciou a criação de vários órgãos, ampliando a demanda por profissionais qualificados e criando um mercado específico para a ação profissional dos assistentes sociais.

Com o decorrer dos anos, a tutela da Igreja não mais oferecia condições para garantir o funcionamento da Escola de Serviço Social Padre Anchieta. A criação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 1962 incorporou todas as faculdades existentes, exceto a de Serviço Social. Os alunos e professores da Escola Padre Anchieta iniciam um processo de luta visando à integração do curso à Universidade, entretanto, só em 1972 a Escola foi incorporada à UFAL, com a criação do Departamento de Serviço Social, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que absorveu parte do corpo docente e todos os alunos do curso de Serviço Social da Escola Padre Anchieta (SILVA, 2008). Até o ano de 2005 a UFAL (Polo Maceió) era a única instituição que ofertava o curso de Serviço Social em Alagoas.

Em 2006, com estímulo do governo federal, houve a expansão dos cursos de Serviço Social no Estado. Foi constatada a existência de quatro cursos presenciais de Serviço Social em Alagoas no ano de 2009 pelo Grupo de Pesquisa e Trabalho do Serviço Social, Profissões e Trabalhos da Universidade Federal que começou a acompanhar a realidade do ensino superior em Serviço Social. Em 2010, Alagoas já contava com cinco cursos presenciais. Essa expansão da oferta de cursos em graduação em Serviço Social em Alagoas tem maior evidência, a partir do surgimento e a proliferação dos cursos na modalidade de educação à distância (EAD).

Essa expansão das faculdades de Serviço Social em Alagoas compromete a formação profissional, pois a educação torna-se mercadoria e objetiva o lucro, sem compromisso com uma formação crítica e de qualidade, além de contribuir para precarização das relações de trabalho, pois cresce o número de assistentes sociais formados e o mercado não tem capacidade de absorver todos os profissionais, crescendo o desemprego dessa categoria, formando o que Yamamoto (2005) designa como “exército assistencial de reserva”.

Entretanto, na atualidade alagoana o Serviço Social vem conquistando seu espaço em diversas áreas, como saúde, educação, previdência social, na área jurídica, entre outras, pois ela é uma profissão indispensável dentro das relações contraditórias impostas pelo capitalismo e ganha força devido às mazelas sociais deixadas pelo modo de produção capitalista, atuando em relações sociais contraditórias. Mas, não diferente da realidade de outros Estados, também passa por um intenso processo de precarização, tanto na formação profissional, quanto em sua inserção no mercado de trabalho.

Outrossim, é importante destacar que a realidade da EAD⁵ compromete significativamente a formação profissional, por se tratar de uma formação aligeirada, que, muitas vezes, negligencia as diretrizes⁶ da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e que tem como foco apenas a descarga de um número elevado de profissionais despreparados no mercado de trabalho. Essa realidade deve ser vista com atenção, pois, contribui, de forma contundente, à precarização de vínculos empregatícios, condição de trabalho, dentre outros.

5 Deve-se ressaltar o grande número de polos de Educação à Distância que encerram as suas atividades, por exigência do MEC, devido a irregularidades, fraudes etc.

6 As diretrizes da ABEPSS diferem das diretrizes do Ministério da Educação. Segundo Mota (2007) a proposta encaminhada à Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC passou por modificações significativas. “[...] foram feitas mudanças substantivas no documento final, descaracterizando o conteúdo das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social elaboradas pela ABEPSS. As supressões incidiram tanto no perfil do profissional como no elenco das competências e na total exclusão das matérias e ementas elaboradas pela Comissão de especialistas, em 1999.” (p. 60). Nas palavras de Yamamoto (2008, p. 445), “a proposta original sofreu uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o Serviço Social no Estado de Alagoas é possível constatar importantes avanços da profissão. Hoje ela ocupa amplos espaços sócio-ocupacionais, tanto no âmbito público quanto no privado, trabalhando não só na execução final das políticas sociais, mas também implementando e gerindo essas políticas, além da participação no controle social, ganhando visibilidade por parte das instituições empregadoras e dos usuários, como profissão indispensável na divisão social e técnica do trabalho.

No que concerne à formação profissional, fica claro a ampliação de ofertas de vagas no referido curso. Em poucos anos houve uma intensa proliferação de faculdades de Serviço Social, principalmente em faculdades particulares, pois faculdade pública de Serviço Social, Alagoas só conta com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Maceió e campus Palmeira dos Índios.

Outro mecanismo de difusão do curso se dá com o ensino à distância, que rapidamente encontrou em Alagoas espaço para disseminar o curso de Serviço Social, nessa modalidade, aumentando consideravelmente as vagas disponíveis, no entanto, oferecendo um ensino aligeirado, sem compromisso com uma formação crítica e de qualidade, colocando no mercado de trabalho cada vez mais profissionais acríticos, sem compromisso com o código de ética e com o projeto ético político da profissão.

Além do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), outra modalidade de precarização no ensino, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, porém criou novos campus com condições mínimas de funcionamento, oferecendo estruturas precárias, preocupando-se apenas com o aumento dos índices de estudantes matriculados, esquecendo da qualidade do ensino prestado, ou seja, valorizando quantidade ao invés de qualidade.

A evolução da profissão em Alagoas traz pontos positivos, mas traz também alguns entraves, como a precarização do ensino, que se transforma em mercadoria, tendo como principal objetivo a obtenção do lucro pelos capitalistas, comprometendo a formação profissional e na maioria dos casos sem compromisso com a formação crítica e de qualidade. E ainda a profissão sofre precarização nas relações de trabalho, visto que o número de profissionais disponíveis no mercado é maior que a capacidade de absorção pelas instituições empregadoras, impulsionando os profissionais a se submeterem a condições precárias de trabalho.

Portanto, conclui-se que o Serviço Social em Alagoas é uma profissão consolidada, pois mostra sua função social dia a dia e conquista seu espaço nas diversas áreas de atuação profissional, porém ainda há muito que lutar na defesa de seu projeto ético político, para superar os desafios postos à profissão, como por exemplo, a precarização no trabalho e na formação profissional.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Flávia Katharina da Silva. **Estudo sobre o perfil dos alunos matriculados nos cursos de Serviço Social (modalidades presencial e à distância) no interior de Alagoas**. Relatório PIBIC/ UFAL. Maceió, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional**. Disponível em: < [http:// www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br) >. Acesso em 21 de fevereiro de 2014.

COSTA, Gilmaisa Macedo da; SOUZA, Reivan Marinho de (Orgs.). **Curso de serviço social 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Trabalho e Serviço Social: Considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares**. REVISTA TEMPORALIS, ano VII, n. 14. Brasília: ABEPSS, 2007. (p. 55-88).

NETTO, José Paulo. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOLASCO, Amanda Carvalho. Serviço Social em Alagoas; o protagonismo da escola de serviço social padre Anchieta. In COSTA, Gilmaisa Macedo da; SOUZA, Reivan Marinho de (Org.). **Curso de serviço social 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana**. Maceió: UFAL, 2008.

PRÉDES, Rosa Lúcia; MONTEIRO, Priscilla Azevedo. **A Expansão da Formação Profissional em Serviço Social em Alagoas no Governo Lula**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis: 2011.

PRÉDES, Rosa (Org.). **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Jaqueline Lima da. Curso de Serviço Social em Alagoas e movimento estudantil. In: COSTA, Gilmaisa Macedo da; SOUZA, Reivan Marinho de (Org.). **Curso de serviço social 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

Data do recebimento: 23 de fevereiro de 2014

Data da avaliação: 23 de fevereiro de 2014

Data de aceite: 25 de fevereiro de 2014

1 Assistente Social, especialista em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Professora do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes e orientadora do Projeto "O perfil do mercado de trabalho do assistente social no Estado de Alagoas".

2 Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes – Fits.